

04/03/1998

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO N. 700-9 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI
REQUERENTE : GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
ADVOGADO : GUSTAV LIVIO TONIATTI E OUTROS
EXTRADITANDO: KARL-HEINZ SCHAAB
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS TORTIMA
ADVOGADO : CARMEN DA COSTA BARROS

EMENTA: Extraditando acusado de transmitir ao Iraque segredo de estado do Governo requerente (República Federal da Alemanha), utilizável em projeto de desenvolvimento de armamento nuclear.

Crime político puro, cujo conceito compreende não só o cometido contra a segurança interna, como o praticado contra a segurança externa do Estado, a caracterizarem, ambas as hipóteses, a excludente de concessão de extradição, prevista no art. 77, VII e §§ 1º a 3º, da Lei nº 6.815-80 e no art. 5º, LII da Constituição.

Pedido indeferido, por unanimidade.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, apreciando questão de ordem suscitada pelo Estado requerente, rejeitar a proposta de conversão do julgamento em diligência. **Prosseguindo** no julgamento, o Tribunal, também por votação unânime, **indeferiu** o pedido de extradição.

Brasília, 04 de março de 1998.



CELSON DE MELLO

PRESIDENTE



OCTAVIO GALLOTTI

RELATOR



17.12.97

EXTRADIÇÃO N. 700-9 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

REQUERENTE : GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
EXTRADITANDO: KARL-HEINZ SCHAAB

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI: - Trata-se de extradição destinada ao cumprimento de ordem de prisão expedida pelo Juízo de Instrução do Supremo Tribunal Federal em Karlsruhe, a 23 de fevereiro de 1996 e assim redigida, segundo os termos da tradução juramentada que acompanhou a solicitação, por "nota verbal", do Governo requerente:

"O indiciado está sob forte suspeita, em uma mesma ação na República Federal da Alemanha e na República do Iraque, nomeadamente de, num período ainda não averiguado durante os anos de 1989/1990, de

a) ter transmitido um segredo de estado a uma autoridade estrangeira ou a seus intermediários, deixando dessa forma a segurança externa da República Federal da Alemanha em grave desvantagem e, por isso, seriamente comprometida e

b) de ter profissionalmente agido contra o § 7 de um Decreto-Lei promulgado em conjugação com o § 2 da Lei

O. Gallotti.

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

relativa à Economia Externa, tendo, desse modo, comprometido a segurança da República Federal da Alemanha, perturbado as relações pacíficas entre os povos e de ter prejudicado gravemente as relações externas da República Federal da Alemanha.

Estes fatos são considerados

a) crime de alta traição nos termos do § 94, parágrafo 1, número 1 em conjugação com o § 93, parágrafo 1 do Código Penal

bem como

b) crime de infração contra os §§ 34, parágrafo 1, números 1, 2 e 3 em conjugação com o § 33, parágrafo 1 da Lei relativa à Economia Externa, na versão da terceira lei à alteração da Lei relativa à Economia Externa, de 29 de março de 1976, em conjugação com o § 70, parágrafo 1, número 1 e número 5, em conjugação com os §§ 5, parágrafo 1 e 45, parágrafo 2 do Regulamento relativo à Economia Externa na versão do quinto Regulamento relativo à alteração do Regulamento relativo à Economia Externa, de 20 de setembro de 1989, § 52 do Código Penal.

1. a) De acordo com os resultados até agora averiguados, o indiciado transmitiu a colaboradores da organização responsável pelo desenvolvimento do programa nuclear

iraquiano, nos anos de 1989/1990, num período que ainda não foi possível averiguar, um número significativo de desenhos de construções e outros desenhos para a construção de máquinas ultracentrifugadoras de gás utilizadas no processo de enriquecimento de urânio.

Além disso, o indiciado forneceu um banco de ensaios para efetuar testes de máquinas ultracentrifugadoras de gás, uma máquina centrifugadora completa, bem como pelo menos 16 tubos de fibra de carbono e outros elementos de construção para o programa iraquiano de máquinas centrifugadoras, como, por exemplo, acanaladuras e discos de câmara. O indiciado não estava em posse da autorização necessária para poder efetuar tal procedimento, em conformidade com o § 7 em conjugação com o § 2 da Lei relativa à Economia Externa, § 70, parágrafo 1, número 1 e número 5, § 5, parágrafo 1 e § 45, parágrafo 2 do Regulamento relativo à Economia Externa. Os objetos, documentos e informações, que foram fornecidos pelo indiciado ao Iraque, foram utilizados para efetuar o enriquecimento de urânio mediante a aplicação da técnica das máquinas ultracentrifugadoras de gás, correspondendo os mesmos, dessa forma, a materiais abrangidos pela parte I,

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

capítulo B, posição número 0201 da lista de exportação - anexo AL do Regulamento relativo à Economia Externa - na versão do sexagésimo sétimo Regulamento relativo à alteração da lista de exportação, de 20 de fevereiro de 1990.

b) Entre os desenhos entregues pelo indiciado a colaboradores da organização responsável pelo desenvolvimento do programa nuclear iraquiano, encontram-se principalmente os seguintes documentos:

- um desenho da tampa superior do rotor de uma máquina ultracentrifugadora de gás do tipo TC 11, além de uma lista de peças pertencentes ao mesmo com a designação dos materiais,
- um desenho de montagem de uma versão laboratorial da TC 11, dividido em três partes, bem como
- recortes de desenhos de peças individuais para o sistema de alimentação e de extração para o gás do processo de fabrico.

Os desenhos são de uma importância essencial para as máquinas ultracentrifugadoras de gás; a sua transmissão proporcionou ao Iraque uma aproximação determinante em relação ao objetivo de conseguir produzir urânio para o seu armamento. *Le Gallstti.*

- c) A necessidade de manter sigilo absoluto em relação aos objetos e informações que foram fornecidos ao Iraque era de grande importância para cumprimento das limitações impostas pelo acordo sobre não proliferação de armas nucleares e para evitar situações de perigo que, com a construção e a posse de arma nucleares por parte de países sem armamento nuclear, passam a ameaçar a República Federal da Alemanha e outros países - também em caso de mobilização por parte da ONU.

Os referidos objetos e informações tinham sido decretados informação sigilosa pelo Ministro Federal para a Pesquisa e Tecnologia sob a classificação de máquinas centrifugadoras. O conjunto constituído pelo desenho da tampa superior do rotor e a lista pertencente ao mesmo encontram-se classificados sob o título de "documento secreto - confidencial". O desenho de construção da versão laboratorial da TC 11, separado em três partes, está classificado sob o título de "documento secreto - sigilo". Efetivamente, apenas um grupo limitado de pessoas tinha conhecimento da existência dos referidos objetos e informações.

Lej allotti

A transmissão das informações em causa provocou o perigo de uma grave desvantagem para a República Federal da Alemanha.

Até o início da guerra do Golfo, o Iraque empenhou-se em desenvolver os meios para a destruição total de massa. Na altura da eclosão da guerra do Golfo, o programa nuclear iraquiano para a construção de armas nucleares próprias já estava quase concluído. Pretendia-se que a quantidade necessária de urânio altamente enriquecido fosse conseguida através de máquinas ultracentrifugadoras de gás, para cujo desenvolvimento no Iraque, o indiciado deu a sua contribuição. Mediante o fornecimento dos objetos e das informações sobre a técnica das máquinas ultracentrifugadoras de gás pelo indiciado ao Iraque, os riscos que se evitariam, mantendo em segredo a técnica para o enriquecimento de urânio, tornaram-se uma ameaça concreta para a segurança externa da República Federal da Alemanha. O mesmo verifica-se, nomeadamente, no que diz respeito às conseqüências que a Alemanha terá de enfrentar relacionadas com os sistemas de aliança, na cooperação internacional na área da pesquisa e desenvolvimento de tecnologias

Lehmann.

avançadas, bem como no que diz respeito a opinião pública da comunidade de países.

2. A séria suspeita da culpabilidade do indiciado resulta das declarações da testemunha Horst Robert Pütter em conjugação com os documentos escritos que foram confiscados no Iraque, com o parecer do perito Dr. Coester e com o resultado das restantes averiguações por parte da Direção Central da Polícia Civil, bem como com os processos 501 Js 20172/92 do Ministério Público de Augsburg.

a) Quando foi efetuada a 28ª inspeção da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) para controle do embargo do Iraque e, depois da fuga de Hussein Kamil, responsável pelo programa nuclear iraquiano e genro de Saddam Hussein, Chefe de Estado do Iraque, os inspetores da ONU tiveram acesso a documentos e objetos desconhecidos até a data.

Durante uma inspeção a título de sondagem realizada pela comissão de inspetores, da qual também fazia parte a testemunha Horst Robert Pütter, foram encontrados, além dos desenhos acima mencionados, também documentos provenientes de troca de correspondência entre o indiciado e os responsáveis pelo programa iraquiano das máquinas

7 *Lehmann.*

ultracentrifugadoras. Estes documentos revelaram que o indiciado mantinha intensivos contatos comerciais com o Iraque, com vista ao fornecimento de componentes das máquinas ultracentrifugadoras e de informações necessárias para a construção autônoma de máquinas centrifugadoras. Além disso, foi encontrado um protocolo, respeitante a uma reunião em Bagdad realizada no dia 7 de setembro de 1989, cujo conteúdo revela que o indiciado havia concebido um banco de ensaios para testes de máquinas ultracentrifugadoras de gás, constando no mesmo ainda o fato de terem decorrido conversações acerca de um fornecimento de uma máquina centrifugadora completa até à respectiva colocação em serviço pelo indiciado. Este é o resultado proveniente dos documentos comprovativos confiscados no Iraque e das declarações fidedignas da testemunha Horst Robert Pütter.

- b) As pessoas contatadas no Iraque pela testemunha Pütter durante a sua viagem a esse país para fins de inspeção declararam ao mesmo ter recebido os objetos e as informações por parte do indiciado. Segundo as suas declarações, os desenhos de construção são provenientes da empresa MAN. O indiciado é um ex-funcionário da MAN-Technologie AG, a qual tinha sido

contratada para coordenar o projeto de máquinas centrífugas pela Uranit/Urenko, responsável pelo desenvolvimento e pela produção de componentes para máquinas ultracentrífugas.

Na empresa MAN-Technologie AG, o indiciado era perito na área da técnica de fibra de carbono, ou seja na área da técnica de matérias compostas, e atuava no desenvolvimento dos rotores de fibra de carbono que são utilizados em máquinas centrífugas modernas. Como administrador interno da seção dos registros secretos, o mesmo tinha acesso aos objetos e informações que foram fornecidos ao Iraque.

- c) Conforme consta na exposição dos fatos do relatório de 18 de outubro de 1995 do perito técnico Dr. Coester, é fundamental que os desenhos da tampa superior do rotor com a lista de peças, o desenho de montagem de uma versão laboratorial TC 11 e os desenhos de peças individuais para o sistema de alimentação e de extração de gás, permaneçam sob sigilo absoluto, uma vez que os mesmos fornecem elementos bastante esclarecedores sobre a técnica das máquinas ultracentrífugas modernas e são de um significado essencial para as máquinas centrífugas. Por tudo isto, devem ser considerados segredo de estado.

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

d) Segundo as declarações prestadas pela testemunha Pütter e os meios probatórios apresentados no decreto penal que não foi contestado pelo indiciado e que foi emitido pelo tribunal da comarca de Kempten em 21 de abril de 1993, foram fornecidos pelo indiciado ainda outros componentes das máquinas centrifugadoras e desenhos, os quais estão abrangidos pela parte I, parágrafo B item número 0201 da lista de exportação, acima referida.

3. O indiciado encontra-se fugido à justiça (§ 112, parágrafo 2, número 1 do Código de Processo Penal). O seu advogado de defesa, Dr. Schönauer, declarou via telefone, que o seu mandante se encontrava num país onde não corria o risco de ser extraditado.

De acordo com o § 116 do Código do Processo Penal, medidas mais suaves não são suficientes para se obter o fim da prisão preventiva.

4. O decreto penal, que ainda está em vigor e que foi emitido pelo tribunal da comarca de Kempten no dia 16 de abril de 1993 - Cs 501 Js 20172/92 - por causa de uma infração contra a Lei relativa à Economia Externa por ter fornecido a cidadãos iraquianos 16 tubos de fibra de carbono, destinados ao programa das máquinas ultracentrifugadoras a gás, na primavera de 1990, já

não impede a prolação da ordem de prisão. É verdade que a acusação exprimida pela ordem de prisão e a repreensão do decreto penal correspondem ao mesmo delito (ver o veredito do juiz de Instrução do Supremo Tribunal Federal de 7 de dezembro de 1995 - 2 BGs 204/95). O tribunal da comarca de Kaufbeuren, com despacho de 12 de dezembro de 1995, declarou admissível, em desfavor do indiciado, a reabertura do processo que havia sido arquivado após a prolação do decreto penal, por terem sido apresentados fatos novos e meios probatórios, os quais em conjugação com as provas anteriores, estão aptos a justificar uma condenação do indiciado por crime de alta traição.

Se a reabertura do processo for autorizada pelo tribunal competente (§ 140 da Lei orgânica dos tribunais judiciais), e de acordo com o procedimento previsto por lei (§ 373 a do Código de Processo Penal), é declarada admissível e legítima a prolação da ordem de prisão devido ao fato que a acusação de delito continua (ver Gössel em Löwe/Rosenberg, Código do Processo Penal, 24ª edição, § 369, número de margem 2; Wendisch loco citato, § 112, número de margem 16; Schmidt no comentário de Karlsruhe referente ao Código do Processo Penal, 3ª. edição, § 369, número de margem

15; Kleinknecht/Meyer-Gobner, Código de Processo Penal, 42ª edição, § 369 número de margem 1, cada um com outras referências).

5. Dados a gravidade da acusação e os meios probatórios disponíveis, são proporcionais à disposição e cumprimento de prisão preventiva.

Fica admissível a possibilidade de interpor recurso a esta ordem de prisão. Em vez de interpor recurso, poder-se-á solicitar, durante o cumprimento da prisão preventiva, o exame da validade da ordem de prisão preventiva. Em caso de exame da validade da ordem de prisão, e a solicitação do indiciado, se decide com base em uma audiência (§§ 117, 118 do Código de Processo Penal)." (fls. 18/27)

Às fls. 63 e seguintes, estão certificados os textos dos artigos do Código Penal Alemão, que punem a divulgação de segredos de estado (art. 93, § 1 e 94, I), do art. 52 que trata do concurso de normas, do art. 2, sobre direito intertemporal, e do art. 78 que cuida da prescrição. Transcritos estão, ainda, os dispositivos da Lei Alemã de Economia Externa, que interessam ao caso, em sua versão de 29-3-76 (vigente à época da perpetração do crime), bem como da revisão efetuada em 28-4-95, atualmente em vigor.

Do Código de Processo Penal (fls. 104 e seguintes), são reproduzidos os artigos 112 e 116 a 118, relativos à prisão

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

preventiva, e 373a, sobre a "readmissão de processo concluído por ordem de multa", também objeto do art. 140a da Lei de Organização Judiciária.

Normas acerca de prescrição estão igualmente compiladas às fls. 110.

Interrogatório, às fls. 124/5, delegado ao Juiz Federal da Décima Terceira Vara Federal da Circunscrição do Rio de Janeiro e cujo conteúdo é o seguinte:

"Respondendo que é seu advogado o DR. JOSÉ CARLOS TÓRTIMA, OAB/RJ 22.892; que já foi condenado em 1993 pelos mesmos fatos; que dispõe, inclusive, de uma ordem de prisão, onde faz-se menção às mesmas peças referidas na ordem de prisão ora em apreciação; que foi condenado a onze meses e multa, tendo a pena, contudo, sido suspensa; que teve oportunidade de defesa nesse processo; que não forneceu desenhos, documentos ou informações ao Governo iraquiano, conforme lhe é imputado; que trabalhou na empresa MAN TECNOLOGIA até 1981; que essa empresa realmente detinha as informações mencionadas na ordem de prisão; que tinha ciência do caráter confidencial dessas informações, mas só teve contato com o governo iraquiano em 1989, quando já afastado da empresa e sem possibilidade de acesso às informações; que era técnico responsável por um rotor de centrífugadora; que HORST ROBERT PÜTTER é um antigo colega

de trabalho da MAN TECNOLOGIA; que posteriormente HORST PÜTTER funcionou como perito do Ministério Público de Augsburg; que não pode afirmar se esteve de posse ou não dos documentos confiscados do Iraque; que isso poderia ser facilmente detectado na medida em que todos os documentos sigilosos tinham um carimbo de confidencial; que todos que tinham acesso a esses documentos deviam registrar o manuseio num livro especial, tanto no ato de recebimento como no de devolução; que é possível que haja alguma animosidade da parte de HORST PÜTTER para com o interrogando; que trabalhavam na MAN em escritórios próximos, desentendendo-se freqüentemente; que PÜTTER, nessa época, desejava utilizar a oficina do interrogando com fins particulares; que foi procurado por representantes da empresa binacional alemã-iraquiana H&H, que estavam em companhia de pessoas que se diziam empresários iraquianos; que essa empresa fabricava máquinas para fazer peças de metal; que a fábrica localizava-se na Alemanha; que nessa época era proprietário da empresa ROSCH GmbH, onde recebeu os procuradores da H&H; que não celebrou qualquer tipo de negócio com a H&H, mas sim com as pessoas que se diziam empresários iraquianos; que não sabia se ditas pessoas eram do governo iraquiano; que sua empresa produzia e

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

desenvolvia peças de blindagem; que para o Iraque apenas desenvolveu o projeto de blindagem para automóveis de passeio Mercedes-Benz, visando a proteção do ocupante do veículo; que manteve contato com o Iraque entre 1989 a 1990; que as fotos mencionadas, encontradas por PÜTTER em sua empresa, em 1992, mostravam tubos de 40mm de diâmetro e cerca de 1,20m de extensão; que tais tubos foram produzidos pela ROSCH por solicitação do Iraque; que os tubos foram produzidos com compostos de carbono; que indagado sobre a possibilidade de produção, respondeu afirmativamente, desde que de posse das dimensões; que os interessados iraquianos levaram duas amostras produzidas para um local que desconhece, para teste; que uma semana depois desse fato informaram ao interrogando que os tubos tinham sido aprovados, encomendando, por essa razão, outros quatorze; que não sabia a finalidade desses tubos; que os tubos tinham dimensões diferentes daquelas utilizadas pela MAN na fabricação de centrífugas; que a fabricação de tubos de composto de carbono segue uma mesma tecnologia; que essa tecnologia não é exclusiva para a fabricação de equipamentos nucleares, servindo, inclusive, para artigos esportivos; que tem uma posição política própria, não suportando violência; que atualmente sofre um tipo de perseguição política na Alemanha, em virtude do

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

trabalho que desenvolveu para o Iraque; que ao negociar com o Iraque visava conter o expansionismo dos extremistas islâmicos do Irã; que indagado sobre contradição entre essa conduta e a afirmação de ser contra a violência, respondeu que não via dessa forma, na medida em que o Iraque mantinha ligação com o ocidente; que melhor esclarecendo, tinha consciência da finalidade para a qual os tubos poderiam ser utilizados; que cerca de 600 tubos seriam necessários para o enriquecimento do urânio; que com 16 tubos, o Iraque poderia no máximo realizar experimentos; que tinha consciência de que seis meses antes da Guerra do Golfo o porta-voz do governo americano havia dito que o Iraque era um fator de estabilidade contra o expansionismo iraniano; que não recebeu da parte dos iraquianos nenhuma outra encomenda além dos tubos já mencionados; que atribui a reabertura de outro processo pelos mesmos fatos a motivação política; que teve oportunidade de apresentar defesa nesse segundo processo que originou a carta rogatória. Nada mais." (fls. 125/7)

Principia a defesa do extraditando, às fls. 139/56, por ressaltar o móvel político do Governo requerente, no empenho de reparar um erro de estratégia do passado, quando favorecera os interesses do Iraque, até que viesse este a invadir o Emirado do Kwait. *dey alberti*,

Alega, em seguida, o extraditando:

a) falta de sucedâneo, nas leis brasileiras, de ambas as figuras penais que lhe são imputadas (fls. 140);

b) já haver sido condenado a onze meses de prisão pela mesma infração da Lei de Comércio Exterior, em decreto penal alemão de 14 de abril de 1993, operando-se, assim, o prazo de dois anos, suficientes para o escoamento do prazo de prescrição, segundo a lei brasileira (fls. 141);

c) ser eminentemente política, porquanto dirigida à tutela da segurança externa do Estado, a natureza da acusação que se lhe fez, de haver transmitido um segredo de estado a autoridade estrangeira, pondo em risco a segurança externa da Alemanha, caráter político esse com que se mostram coerentes o teor da ordem de prisão e com o interrogatório realizado no Brasil (fls. 144);

d) ausência de explicitação das circunstâncias em que teria sido recebida a vantagem econômica supostamente por ele auferida (fls. 145);

e) prevalência, no direito brasileiro e no alemão, da teoria objetiva, para caracterização do crime político, tendo-se em vista o bem tutelado pela norma, que

tanto pode ser a segurança interna, como a externa, do País (fls. 145);

f) que a conduta punível prevista no art. 94, § 1º, do Código Penal Alemão (traição à pátria), imputada ao defendente, não ostenta qualquer elemento de crime comum. É este, no caso, puramente político, porque objetivamente vulnera a segurança interna e externa do Estado, não atingindo qualquer outro bem juridicamente tutelado pelas normas penais relativas aos crimes comuns, como a vida, o patrimônio etc. (fls. 150);

g) que a índole política desse crime é confirmada pela competência originária do Supremo Tribunal Federal para o respectivo julgamento (fls. 151);

h) ofensa ao princípio da coisa julgada, por já haver sido anteriormente condenado à pena privativa de liberdade de onze meses (decreto penal às fls. 167), pelos mesmos fatos agora apontados pelo Governo requerente (colaboração com o programa de ultracentrifugação de gás iraquiano), sobrevindo apenas nova definição jurídica daqueles mesmos fatos (fls. 158);

i) inexistência, em nosso ordenamento jurídico, da chamada "revisão criminal pro societate" (fls. 154); *Levy Allostte*

j) falta de indicações precisas sobre o local, data e circunstâncias do fato criminoso, limitando-se a ordem de prisão a "reportar-se vagamente a um 'período não averiguado durante os anos de 1989/1990', sem qualquer referência à 'suposta aspiração de lucro', de que estaria imbuído o defendente, segundo os termos da Nota Verbal de fls. 5" (fls. 155).

Daí concluir a douta defesa apresentada:

"Mesmo considerando a relevância para a política interna e a diplomacia do Estado requerente, a "exemplar" condenação do extraditando, autêntica satisfação à **"opinião pública da comunidade internacional"** (fls. 23), como claramente infere-se da decisão de fls. 18/28 que decretou-lhe a custódia preventiva, não há como fazer-se tábula rasa das não menos relevantes razões de ordem **jurídica**, impedientes da extradição pleiteada." (fls. 156)

Às fls. 209, requereu, o Governo alemão, a juntada, entre outros documentos de "uma segunda versão, para o vernáculo, da ordem de prisão".

Chamado a pronunciar-se a respeito desse acrescido, estranhou o réu a exibição de nova tradução, em lugar da oficial, onde a fiel expressão, segundo a qual os fatos "correspondem ao mesmo delito" foi substituída pela oração "podem corresponder",

nada contribuindo ao deslinde da causa os demais documentos aditados, também sem tradução oficial.

Às fls. 360/74, encontra-se o parecer do ilustre Vice-Procurador-Geral HAROLDO FERRAZ DA NÓBREGA, então no exercício do cargo de Procurador-Geral da República:

"Cuida-se de pedido de extradição formulado pela República Federal da Alemanha, em desfavor de Karl-Heins Schaab, contra quem pesa a acusação da prática dos fatos elencados às fls. 17/27.

Pelos fatos em referência e em razão de fuga do extraditando (autos, fls. 25), contra o mesmo foi decretada prisão preventiva, pelo Juiz da Instrução Criminal do Supremo Tribunal Federal (Alemanha).

O acusado foi interrogado perante o Juiz Federal, Dr. Alexandre Libonati de Abreu, tendo apresentado defesa via o seu patrono, Dr. José Tórtima, o qual alegou impossibilidade da extradição pelos seguintes motivos (fls. 138/56):

I - Inocorrência de sucedâneos típicos na lei penal brasileira;

II - Crime de natureza política e razões supra-jurídicas para o pedido de extradição;

III - Ofensa ao princípio da coisa julgada, que é princípio consagrado na Constituição Brasileira;

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

IV - Falta de indicação precisa no pedido sobre "o local, data e circunstâncias do fato criminoso" (autos, fls. 154/5).

Com a devida vênia da defesa, entendo que a hipótese é de concessão da extradição.

Diz o artigo 85 da Lei de Estrangeiros (Lei 6.815/80) que a defesa versará sobre a identidade da pessoa reclamada, defeito de forma dos documentos apresentados ou ilegalidade da extradição.

Por seu turno, o artigo 77 da mesma lei dispõe:

"Não se concederá a extradição quando:

I - se tratar de brasileiro, salvo se a aquisição dessa nacionalidade verificar-se após o fato que motivar o pedido;

II - o fato que motivar o pedido não for considerado crime no Brasil ou no Estado requerente;

III - o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;

Levy Alstti

IV - a lei brasileira impuser ao crime a pena de prisão igual ou inferior a 1 (um) ano;

V - o extraditando estiver a responder a processo ou já houver sido condenado ou absolvido no Brasil pelo mesmo fato em que se fundar o pedido;

VI - estiver extinta a punibilidade pela prescrição segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente;

VII - o fato constituir crime político; e

VIII - o extraditando houver de responder, no Estado requerente, perante o tribunal ou juízo de exceção.

§ 1º - A exceção do item VII não impedirá a extradição quando o fato constituir, principalmente, infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político, constituir o fato principal.

Levy Alti.

§ 2º - Caberá, exclusivamente, ao Supremo Tribunal Federal, a apreciação do caráter da infração.

§ 3º - O Supremo Tribunal Federal poderá deixar de considerar crimes políticos os atentados contra chefes de Estado ou quaisquer autoridades, bem assim os atos de anarquismo, terrorismo, sabotagem, seqüestro de pessoas, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.

Art. 78 - São condições para concessão da extradição:

I - ter sido o crime cometido no território do Estado requerente ou serem aplicáveis ao extraditando as leis penais desse Estado; e

II - existir sentença final de privação de liberdade, ou estar a prisão do extraditando autorizada por juiz, tribunal ou autoridade competente do Estado requerente, salvo o disposto no art. 82."

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

Na aplicação destas regras a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem decidido que:

"Para José Francisco Rezek (Direito Internacional Público - Curso Elementar, p. 204, item 118, 1.989, Saraiva). "A defesa do extraditando não pode adentrar no mérito da acusação: ela será impertinente em tudo quanto não diga respeito à sua identidade, à instrução do pedido ou à ilegalidade da extradição à luz da lei específica". A ratio subjacente a esse entendimento deriva, fundamentalmente, da essencial necessidade de respeitar a soberania da Justiça do Estado requerente. A jurisprudência desta Corte — que acentua que "a justiça ou injustiça, a procedência ou improcedência da acusação, escapam ao exame do Tribunal! (Extradição n° 183 - Suíça, Relator: Ministro Edgar Costa) — no respaldo à orientação doutrinária referida, pois, como decidido na Extradição n° 200 - Itália, Relator: Ministro Rodrigues Alckmin (RTJ 73/11). "Ao se pronunciar

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

sobre o pedido de extradição, não cabe ao Supremo Tribunal examinar o mérito da condenação (...) O seu controle jurisdicional se cinge à verificação dos pressupostos e condições estatuídos na lei brasileira (...) através dos quais tutela a jus libertatis do extraditando". No mesmo sentido (Extradição n° 480 - República Francesa, Relator: Ministro Sydney Sanches): "Não compete à Justiça brasileira examinar os elementos de prova, ou meramente informativos, colhidos pela Justiça Francesa e justificadores do mandado de captura" (RT 649/319-330). Cumpre registrar que, recentemente, esta Suprema Corte reiterou tal entendimento ao julgar a Extradição n° 542-1 (DJ de 20 de março de 1.992), de que fui Relator, verbis: "A natureza especial do processo de extradição impõe limitações materiais ao exercício do direito de defesa pelo extraditando, que, nele, somente poderá suscitar questões temáticas associadas (a) identidade da pessoa reclamada, (b) ao

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

defeito de forma dos documentos apresentados e/ou (c) ilegalidade da extradição". A ação de extradição passiva não legitima, em face da natureza especial de que se reveste, a formulação de qualquer indagação probatória pertinente ao ilícito cuja persecução penal justificou o ajuizamento da demanda extradicional perante esta Suprema Corte. O juízo de deliberação, subjacente ao pronunciamento do Supremo Tribunal Federal na apreciação da ação de extradição passiva, não confere poder algum a esta Corte Suprema para rever ou examinar os procedimentos persecutórios instaurados perante o Estado estrangeiro" (trecho do voto do Relator Ministro Celso de Mello, no julgamento da Extradição nº 571 - Confederação Helvética (Tribunal Pleno), Requerente: Governo da Suíça - Extraditando: Werner Dubs, Revista Trimestral de Jurisprudência, volume 148, página 116). *Levy Althoff*.

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

Em verdade, este juízo de deliberação no caso, recomenda parecer no sentido da legalidade do pedido.

A República Federal Alemã imputa ao extraditando a prática dos delitos de:

"... alta traição nos termos do § 94, parágrafo 1, número 1 e ou conjugado com o § 93, parágrafo 1 do Código Penal bem como

... crime de infração contra os §§ 34, parágrafo 1, números 1, 2 e 3 em conjugação com o § 33 parágrafo 1 da Lei Relativa à Economia Externa, na versão da terceira lei à alteração da Lei Relativa à Economia Externa, de 29 de março de 1.976, em conjugação com o § 70, parágrafo 1, número 1 e número 5, em conjugação com os §§ 5 e parágrafo 1 e 45, parágrafo 2 do Regulamento Relativo à Economia Externa na versão do quinto Regulamento relativo à alteração do Regulamento relativo à Economia Externa de 20 de setembro de 1.985, § 52 do Código Penal" (autos, fls. 18/9). *Levy Albst*

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

Consta dos autos que em 28 de abril de 1.993, por decisão judicial transitada em julgado o extraditando foi condenado a 11 meses de pena privativa de liberdade, a qual foi suspensa.

Destaco da documentação juntada aos autos pela República Federal da Alemanha através de sua Embaixada:

"Vossa Senhoria é acusado, em decorrência, de, agindo em conluio com uma outra pessoa, ter infringido, na prática de negócio, um Regulamento expedido de acordo com o § 7º, c/c o § 2º, da Lei de Economia Externa, e de ter, desta forma, posto em perigo e perturbado, consideravelmente, as relações externas da República Federal da Alemanha e a convivência pacífica dos povos, o que se pune como infração ao § 34, alínea 1, n°s 2 e 3, c/c alínea 1, da Lei de Economia Externa de 29-3-1976 e 20-7-1990, combinados com o § 70, alínea 2 do Código Penal. Conforme postulado pelo Ministério Público, impõe-se a Vossa Senhoria uma

Leopoldti.

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

pena privativa de liberdade de 11
meses

de acordo com os dispositivos antes
enumerados e com o § 407 e seguintes.

A execução desta pena privativa de
liberdade fica suspensa.

Ficam a seu cargo as custas
processuais e as despesas necessárias
que tiver feito." (autos fls.
224/225).

Posteriormente, o Ministério Público Federal
em Kempten, em razão de fatos novos indicativos de que o
réu é suspeito de

"ter transmitido segredos de Estado a
uma potência estrangeira ou a um de
seus intermediários, acarretando, com
isso, a ameaça de grave prejuízo para
a segurança externa da República
Federal da Alemanha..." (autos, fls.
235)

Postula a reabertura do processo, a qual é
deferida pelo Tribunal Estadual da Bavária.

Sustentou o Ministério Público Alemão, no seu
arrazoado que: *Le Gallotti*

"Os objetos e as informações estavam submetidos a sigilo de acordo com as normas e de fato só eram conhecidos de um círculo de pessoas restrito.

Com a transmissão das informações ocasionou-se ameaça de grave prejuízo à República Federal da Alemanha. É do conhecimento de todos que o Iraque, até o início da guerra do Golfo no ano de 1991, estava forçando o desenvolvimento de meios de extermínio em massa, e que não se dispunha a recuar na sua implantação, para ocupar a posição hegemônica que para si reivindicava no Próximo Oriente. O regime de Bagdad introduziu substâncias de combate contra a população curda e na guerra contra o Irã. Cidades israelenses foram bombardeadas com fogueiras. De vários processos por infração à Lei da Economia Externa e à Lei de Controle de Armas de Guerra são conhecidos

Le Gallat

preparativos para a fabricação de foguetes de longo alcance pelo Iraque. Os riscos a evitar com a manutenção em sigilo das tecnologias de enriquecimento do urânio se tornaram uma ameaça concreta para a segurança externa da Alemanha, com o fornecimento dos componentes para construção e dos desenhos.

III

- A veemente suspeita da prática de crime contra a segurança externa do país decorre dos depoimentos da testemunha Horst Pütter, suas declarações sobre documentos encontrados, bem como do parecer de perito providencial pelo Ministério Público Federal, do Dr. E. Coester, que exerce suas funções junto ao estabelecimento de pesquisa nuclear de Jülich, datado de 18.10.1995. Os termos lavrados por ocasião da oitiva da testemunha na Polícia, assim como o



parecer, vão em anexo como prova"
(autos, fls. 236/7).

Diz ainda o Ministério Público Alemão que:

"A base legal para a reabertura decorre do § 373, a, do CPP. Os novos fatos e provas adquiridos no processo 3 Bjs 189/95-4 (93) são adequados, em conjunto com as provas levantadas no presente processo, para fundamentar uma condenação por prática de crime (§ 94, alínea 1, n° 1, Código Penal).

Do ponto de vista jurídico, deve-se partir (do fato) de que, no conjunto fáctico que serviu de base para a sentença condenatória por delito, o Juizado de Primeira Instância de Kempten de 16 de abril de 1993, e na acusação da prática de atos do inquérito conduzido pelo Ministério Público Federal, se trata de uma ação unitária no sentido processual. Reporto-me, com relação a isto, à decisão do Juiz de Instrução do Tribunal Federal, de 7.12.1995. A

condição de coisa julgada da sentença condenatória por delito emitida pelo Juizado de Kempten impede um prosseguimento do inquérito conduzido pelo Ministério Público Federal contra o réu. Impõe-se, assim, uma reabertura (do processo que levou à) sentença condenatória encerrado com força de coisa julgada, de acordo com o § 373, a, do CPP" (autos, fls. 237/8).

O pedido de reabertura dos deferido (fls. 256/9).

O extraditando interpôs recurso contra a reabertura (fls. 261 e 265/7).

O recurso foi indeferido.

No caso, a extradição deve ser concedida, na medida em que não vingam as teses da defesa.

Vejamos.

Alega a defesa que não há sucedâneos específicos típicos na lei penal brasileira. Data vênia, não convence a alegação.

As irregularidades, no caso, significam, perante o Direito Brasileiro, contrabando ou ainda

lely albert

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

violação aos artigos 23 da Lei 6.453/77 ou até mesmo ao artigo 13 da Lei de Segurança Nacional.

Os fatos são típicos, tanto perante a legislação penal brasileira, quanto perante a Lei Alemã.

Neste mesmo tópico, a defesa argüi a prescrição, com base na pena de 11 meses imposta ao réu no processo a que respondeu e onde foi condenado.

Não vinga também a tese da prescrição.

A extradição diz respeito a circunstâncias não contidas na acusação, que embasou o processo onde foi condenado a 11 meses. Pela processualística brasileira vigente, até a sentença seria possível incluir no processo circunstâncias não contidas implícita ou explicitamente na denúncia. É o que dispõe o art. 384 do Código de Processo Penal, in verbis:

"Se o juiz reconhecer a possibilidade de nova definição jurídica do fato em consequência de prova existente nos autos de circunstância elementar, não contida explícita ou implicitamente, na denúncia ou na queixa, baixará o processo, a fim de que a defesa, no prazo de 8 dias, fale e, se quiser,

Levy Alti

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

produza prova, podendo ser ouvidas até três testemunhas."

Na processualística alemã, permite-se a reabertura ainda que no processo haja sentença. É o que se lê no artigo 373 do Código de Processo Penal alemão (fls. 108-STF).

Com esta permissão legal, fica sem sentido falar-se em prescrição, no caso presente, onde se cuida de reabertura de processo, em que incidiram causas de interrupção e suspensão da prescrição, nos termos da legislação alemã, in verbis:

"f) Artigo 78 a do Código Penal:

O prazo da prescrição tem início assim que se verificar a conclusão do crime. Caso um efeito do crime surja apenas posteriormente, a prescrição terá início a partir desse momento.

g) Artigo 78 b do Código Penal:

1) A prescrição é suspensa.

1.... não aplica.

2. desde que, nos termos da lei, a persecução não possa ser iniciada ou prosseguida. O mesmo não aplica se o crime não puder ser perseguido apenas

por falta de queixa-crime, autorização ou acusação.

(2) a (4) ... não aplicam.

h) Artigo 78 c do Código Penal

1) A prescrição é interrompida através de:

1. o primeiro interrogatório efetuado ao argüido, a comunicação de que foi aberto um processo de instrução contra a sua pessoa, ou através da decisão ou participação deste interrogatório,

2. qualquer interrogatório judiciário efetuado ao argüido ou a ordem judiciária do interrogatório,

3. qualquer nomeação de um perito pelo juiz ou delegado do procurador geral, desde que o argüido tenha sido previamente interrogado ou lhe tenha sido comunicado a abertura de um processo de instrução contra ele,

4. qualquer ordem judiciária de confisco ou busca, bem como das decisões judiciárias que os mantenham,

Le Gallotte.

5. a ordem de prisão, ordem de internamento, mandado de condução, bem como as decisões judiciais que os mantenham,
6. a decisão da procedência de ação pública,
7. a abertura do processo principal,
8. cada uma das convocações durante o processo principal,
9. a ordem de multa ou outra decisão de acordo com a sentença,
10. A suspensão judicial do processo por ausência do arguido, bem como qualquer das decisões por parte do juiz ou do delegado do procurador geral que, na sequência da referida suspensão do processo ou no âmbito do processo contra ausentes, decretem a averiguação da permanência do arguido ou a apreensão de meios probatórios.
11. a suspensão judicial do processo por parte do tribunal devido à incapacidade processual do arguido, bem como qualquer decisão tomada pelo

juiz ou o delegado do procurador geral que, na seqüência da referida suspensão do processo, decretem a verificação da incapacidade processual do argüido, ou

12. qualquer carta rogatória visando a investigação do crime no estrangeiro" (autos, fls. 66/8).

Um dos delitos imputados ao acusado – violação à Lei de Economia Externa – acarreta punição de até 3 anos (art. 34, 1 da Lei de Economia Externa) e tem prescrição em 05 (fls. 110-STF). As interrupções e suspensão da prescrição em decorrência do processo a que respondeu e que, ante a reabertura, devem ser aproveitadas na hipótese presente, afastam a prescrição do caso.

Outra tese da defesa, isto é, suposta ilegalidade, em decorrência da violação da coisa julgada, não vinga.

Não há atentado à coisa julgada, pois a extradição é pedida por fatos novos, diversos daqueles que ensejaram a condenação do acusado a 11 meses de prisão. Fatos, digamos assim, conexos, mas sem dúvida diversos.

Não tem consistência jurídica a tese de que a extradição teria razões supra-jurídicas e de que aqui se

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

cuidaria de crime político, cuja extradição, é vedada constitucionalmente, claro que a extradição, no caso, se baseia na aplicação do ordenamento jurídico alemão que pune as ações perpetradas pelo extraditando, inclusive aquelas que estão a ensejar a reabertura do processo.

De outra parte, não se está no caso diante de crime político. A sua motivação foi o lucro. Ainda que a motivação fosse política não seria alcançada pela inextraditabilidade, pois não se cuidaria no caso de crime puramente político. Cuida-se, no caso, de infrações com expressa previsão de punição no Código Penal Alemão – favorecimento a potência estrangeira, alínea 94, parágrafo 1, número 1 c/c alínea 93, parágrafo 1 – e na Lei de Economia Externa. Além disso, o crime político concerne a pretensões de alterações na estrutura política da própria nação a que se pertence, e não pode se vislumbrar tal em ações de favorecimento a países ou grupos estrangeiros, com revelação de tecnologia nuclear e fornecimento de material para sua execução. Os atos em referência mais bem se classificam como de atentado à segurança nacional.

Finalmente, também não prospera a alegação de falta de indicação precisa sobre “o local, data e circunstância do fato criminoso” (autos, fls. 154/5). Ora, a Justiça age de acordo com os elementos de que dispõe.

Foram indicados com precisão os fatos e o local em que se verificaram. Também, no pedido de reabertura do processo faz-se referência a que ocorreram em 1.989/90, antes da Guerra do Golfo, em 1.991 (ver fls. 235/7).

O parecer, destarte, é pela concessão da extradição." (fls. 360/74)

Às fls. 390, determinei a apresentação, pelo Governo requerente, dos textos da legislação alemã capazes de permitir a verificação da prescrição a que estão sujeitos os crimes imputados ao extraditando.

Cumprida a diligência (fls. 398/404), de seu resultado manifestou-se ciente, sem reparos, o extraditando (fls. 421).

Às fls. 409, requereu este último a juntada, com tradução oficial autenticada, do texto do acórdão, proferido, em 13 de dezembro de 1996, pela Terceira Câmara Penal do Supremo Tribunal Regional de Justiça da Bavária, nos autos do procedimento movido ao extraditando "por crime de Lesa Pátria entre outros", do qual destaco o seguinte trecho:

"O processo deverá ser aceito de acordo com o § 225 a, inc. 1, tópicos 2, inc. 3, tópico 1 Código de Processo Penal. De acordo com a posição atual dos autos, o Acusado também é suficientemente suspeito de Crime de Lesa-Pátria (§§ 93, 94 Código Penal). Com isso aplica-

se a competência do Supremo Tribunal Regional de Justiça da Bavária (§ 7, inc., 1, Código de Processo Penal, § 9, inc. 1, Código Penal, § 203 Código de Processo Penal, § 120 Inc. 1, no. 3 e inc. 5, tópico 1 § 122 Lei Orgânica do Poder Judiciário, §§ 9, 10, Lei executiva da Lei Orgânica do Poder Judiciário, art. 11 inc. 2, no. 1 (Lei de Execução da Lei Orgânica do Poder Judiciário).” (fls. 416)

Chamado a manifestar-se sobre esse novo documento disse, em suma, o Governo requerente que:

a) delitos outros, que não os atentatórios à segurança do Estado, igualmente se encontram submetidos à jurisdição federal;

b) pode ter fundo político um crime contra a segurança do Estado, mas não influem, na determinação da competência da Justiça Federal, as circunstâncias de motivação do agente, as quais, no caso, descaracterizam a natureza política da infração, por ser comprovadamente, de lucro, o ânimo do acusado.

Com vista final dos autos, declarou a Procuradoria Geral da República que “os documentos acrescidos não alteram o conteúdo do pronunciamento de fls. 360/374 e, por isso, o,

Le Gallotti

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

Ministério Público confirma o seu anterior parecer no sentido da concessão da extradição" (fls. 462).

É o relatório. *Levy Alletti.*

V O T O

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI - (Relator): Não se exige que os tipos penais, em quem enquadrada, pelo Estado requerente, a conduta do extraditando, encontrem, em tese, correspondência no sistema penal brasileiro; mas apenas que os fatos descritos na ordem de prisão, a ser executada, sejam incrimináveis em nosso ordenamento jurídico, como efetivamente sucede, na espécie, perante as disposições citadas pelo parecer do Ministério Público Federal (fls. 369), especialmente o art. 23 da Lei n° 6.453, de 17-10-77, verbis:

"Art. 23 - Transmitir ilicitamente informações sigilosas, concernentes à energia nuclear.

Pena: reclusão de quatro a oito anos."

Invocando a garantia da coisa julgada, comprova o extraditando haver sido anteriormente condenado, em 16 de abril de 1993, por Juízo alemão, a onze meses de detenção (fls. 161/4), em relação a prática dos mesmos fatos que são agora atribuídos.

Não nego que sejam os mesmos, em sua essência, esses fatos, cuja maior amplitude e gravidade ficou ulteriormente ressaltada por novas provas, como resultado de inspeção realizada,

O. GalloTTi

no Iraque, pela Agência Internacional de Energia Atômica, para controle do embargo imposto àquela Nação.

Tanto assim é, que a nova persecução penal se fez a título de reabertura do processo, previamente autorizada, a requerimento da acusação, por Tribunal superior ao magistrado sentenciante de acordo com o art. 373, a, do Código de Processo Penal alemão. Tanto basta para evidenciar o liame entre os dois procedimentos sucessivos.

Noto, porém, que apenas a absolvição ou a condenação, no Brasil (não em País estrangeiro), são as exceções à concessão da extradição. Trata-se, aí, então, de regra de obséquio ao ato de soberania brasileira, exercida por meio do seu Poder Judiciário: jamais da verificação da compatibilidade, com as nossas, das normas processuais vigentes no Estado requerente. Já o tem, aliás, proclamado o Supremo Tribunal, como, por exemplo, ao apreciar a Extradição n° 288, onde esclareceu, na qualidade de relator, meu saudoso pai, Ministro LUIZ GALLOTTI:

"Tampouco permite a lei que apure o Supremo Tribunal se as normas processuais vigentes no Estado requerente correspondem às que vigoram no Brasil, ao contrário do que estabelece no tocante a ser o fato considerado crime e a ter ocorrido prescrição, casos, estes dois, em que amparam o extraditando tanto as leis,

Luiz Gallotti

do país onde foi cometido o delito como as leis do país de refúgio (art. 88 n.ºs. II e VI do Dec.-Lei 941, de 13.10.69." (RTJ 73/14)

A respeito da prescrição, limita-se a defesa a sustentar a sua consumação pelo decurso do prazo de dois anos, tendo em vista a quantidade da pena concretizada na pretérita condenação e segundo a lei brasileira (art. 109, VI e art. 110 do Código Penal).

Não é a anterior condenação, porém, que se pretende executar com a presente extradição, mas a prisão preventiva decorrente da reabertura do processo.

Assim, a partir dos elementos temporais da atual acusação é que se deve perquirir a proposta da extinção da punibilidade, que efetivamente não ocorre.

Com efeito, a infração capitulada no art. 94 do Código Penal alemão está sujeita à pena máxima de quinze anos (art. 38, fls. 399) e ao correspondente prazo prescricional de vinte anos (art. 782), de cuja ultrapassagem não é possível, pois, no caso, cogitar, sendo ele também de vinte anos pela lei brasileira (art. 109, I, do Código Penal).

Quanto ao crime contra a Lei de Economia Externa, sendo de três anos a sua pena máxima, é de cinco anos o prazo da respectiva prescrição (art. 78, 4, do Código Penal), ou oito anos

pela lei brasileira (art. 109, IV). Interrompeu-se, contudo, esse prazo, com a condenação anterior (16-4-93), o deferimento de reabertura do processo (12-12-95, fls. 245) e a nova ordem de prisão (23-2-96), em função da qual é requerida a presente extradição.

É, portanto, de afastar-se a assertiva de prescrição.

Não se revela impreciso o pedido, mas suficientemente situado no tempo, no espaço e no objeto da ação do extraditando, que mostra, de sua parte, ao ser interrogado no Brasil, plena consciência do motivo da acusação, à qual opõe defesa de cunho subjetivo (propósito político), e não a negativa ou o desconhecimento dos fatos que lhe são irrogados.

Chego, assim, ao ponto alto do debate, qual seja o da excludente de crime político (art. 77, VII, e §§ 1º a 3º, da Lei nº 6.815-80 e art. 5º, LII, da Constituição), a começar pela controvérsia travada entre a ilustrada defesa do extraditando e a douta Procuradoria Geral da República, a primeira sustentando, e a segunda negando a inclusão, na indenidade legal e constitucional, dos atos praticados contra a segurança externa do Estado.

Confortam a tese da defesa a doutrina e a jurisprudência do Supremo Tribunal. Veja-se o ensinamento de BENTO DE FARIA:

"47 - Que se deve entender por - Crime político? LANZA o define assim: *Le galotti*

" — qualunque fatto, mediante il quale alcun volontariamente turba, o tenta di turbare o de mutare violentamente l'ordine político-sociale constituite di uno di Stato, ovvero offende la istituzioni o le persone in cui esse si incarnano." (131)

Para caracterisal-o, portanto, cumpre attender á natureza do direito violado. (132)

Como tal é considerado todo o attentado contra a ordem política da Nação, quer externa, quer interna.

É o que ocorre, pois, não só quando o acto visa destruir ou modificar a forma de governo, a Constituição, a organização e o funcionamento dos poderes políticos, ou attentar contra os direitos políticos dos cidadãos, como também quando praticado contra a independência da Pátria, a integridade do seu território, as suas relações com outros Estados." ("Sobre o Direito Extradicional", Ed. Jacintho, Rio, 1930, pág. 145)

No mesmo sentido, a lição de MANOEL COELHO RODRIGUES ("A Extradicação no Direito Brasileiro e na Legislação Comparada", ed. Impr. Nac., 1930, pág. 465). *le galotti*

Não só os clássicos, como visto, mas também os modernos especialistas, abonam esse entendimento, a exemplo de YUSSEF CAHALI, citando precedentes desta Corte (EXT 124, RTJ 86/1 e EXT 151, ASMJ 31-2:267/1949) em sua obra "Estatuto do Estrangeiro", ed. Saraiva, 1983, págs. 345/8 e GILDA RUSSOMANO, esta com a seguinte informação:

"A maioria dos internacionalistas adota o segundo ponto de vista, ampliando o conceito de crime político, de modo a atingir todas as infrações lesivas da **segurança interna** ou da **segurança externa** do Estado, como diz SPIROPOULOS." ("A Extradição no Direito Internacional e no Direito Brasileiro" ed. Konfino, Rio, 1973, pág. 109)

Sobre o tema, anota, ainda, CÉLIO LOBÃO FERREIRA, em sua obra "Crimes contra a Segurança do Estado":

"O direito francês, depois de impor a divisão de crimes contra a segurança externa e interna, voltou a exercer influência no sentido, agora inverso, de unificar as duas espécies de crimes contra o Estado, orientação adotada, atualmente, pelo direito brasileiro." (ed. Liber Juris, pág. 34). *Le gallo*

Ao julgar, em sessão de 28 de janeiro de 1955, o Habeas Corpus nº 33.453, impetrado em favor de Jacques Charles Noel de Bermoville, acusado pelo Governo Francês de traição e entendimento com o inimigo durante a segunda guerra mundial, deixou assentado o Supremo Tribunal, sendo relator LUIZ GALLOTTI:

"EMENTA — Extradicação. Não cabe para crime político, sendo que a qualificação deste compete ao país a quem é pedida a extradicação, e também é político o crime cometido contra a ordem política externa.

Desde que, porém, o país requerente alega ter o extraditando cometido crimes comuns, não pode o caso ter solução em habeas-corpus, o qual só seria admissível se inequivocamente descabida a extradicação.

Não ocorrendo esta hipótese, somente no processo de extradicação, em que se faculta discussão entre as partes interessadas e mais ampla apreciação da matéria questionada, com intervenção inclusive do Ministério Público, deverá ficar decidido se procede, ou não, o pedido de extradicação."

Esclarecidos os fatos cuja iliquidez provocara o indeferimento do pedido acima referido, veio a ordem a ser concedida em ulterior assentada (HC 33.722, 28-9-55), relator,

Luiz Gallotti

EXT 700-9/REPÚBLICA DA ALEMANHA

o Ministro NELSON HUNGRIA, de cujo voto extraio a seguinte passagem:

"É possível que desse "dossier" conste que, de par com o crime político, o paciente tenha sido acusado de crimes comuns; mas o que motivou a sua condenação, em face dos documentos que instruem o pedido de extradição, foi tão somente o crime de traição, previsto nos arts. 75 e seguintes do Código Penal francês.

Sobre o caráter político de tal crime, a ser apreciado exclusivamente pelo Supremo Tribunal, não pode haver a mínima dúvida. Tal crime é previsto pela legislação brasileira - (lei n° 1.802, de 5/1/1953), sob a explícita rubrica de "crimes contra o Estado e a ordem política e social".

E tal caráter é reconhecido pelo próprio direito francês, como nos reporta, entre outros muitos autores, René Garraud - ("Traité th. Et prat. Du Droit Pénal Français" vol. I, n. 124): -

"..... on reconnaitra, sans contestation, des délits purement politiques: - 1° - - dans les crimes contre la sûreté extérieure de l'Etat - (C.p., art. 75 à 85)... Au point de vue du droit positif, il n'y a pourtant aucune

distinction à faire au sujet des crimes contre la sûreté extérieure de l'Etat, et le caractère politique - ne leur a pas été contesté jusqu'ici."

É verdade que, com a última Grande Guerra, a legislação francesa assumiu a tendência de tratar os crimes de traição à Pátria e os atentados em geral contra a segurança externa do Estado com o mesmo rigor de tratamento dos crimes comuns, chegando mesmo a cominalhes a pena de morte, quando praticados em tempo de guerra, ainda que o agente não seja militar, como, aliás, igualmente ocorre entre nós, em alguns casos; mas, como observam Vidal e Magnol ("Coursa de Droit Criminal", t. 1º -, 1949, pg. 112), após o advento da lei francesa de 29/7/1939,

"bien que juridiquement ces faits soient considérés, pour l'application des peines, comme des faits de droit commun, leurs auteurs ne peuvent pas être assimilés aux criminels ordinaires".

E os mesmos autores observam que várias circulares ministeriais explicitamente denominam os réus dos ditos crimes como "detenus politiques", sujeitando-os

a regime muito mais favorável que ao correspondente aos condenados de direito comum.

Como quer que seja, porém, a legislação brasileira, que é a que se deve ter em conta na espécie, taxativamente inclui a "traição à pátria" entre os crimes políticos, cujos autores não estão sujeitos à extradição."

Situações semelhantes à do caso BERNONVILLE, até aqui tratado, já haviam ocorrido com o nacional dinamarquês Johanes Petersen (EXT 147), acusado de favorecimento, por atos de comércio com as forças alemãs de ocupação, bem como sucedido com um outro francês, Michel Dassonville (EXT 151), a quem se atribuía a condição de agente de informação do Comandante germânico da Polícia de Segurança de Paris. Eis as ementas que resumem os acórdãos prolatados nesses dois precedentes:

"Extradição - Favorecimento por atos de comércio com as forças de ocupação alemãs na Dinamarca - Crime de natureza política ou militar - Incriminação do fato, em virtude de lei retroativa - Indeferimento do pedido." (Ext. 147, sessão de 21-5-47, relator Ministro CASTRO NUNES)

"Indeferimento de pedido de extradição.

Crime de favorecimento ou de colaboração com o inimigo em tempo de guerra.

Conceito de crime político." (EXT 151, sessão de 28-1-48, relator Ministro RIBEIRO DA COSTA)

— Mais um dinamarquês, Viggo Cristian Astrup, foi beneficiado pelo Habeas Corpus nº 29.812, em 9 de julho de 1948, relator o Ministro JOSÉ LINHARES.

É, portanto, admitindo, em tese, a excludente de extradição, derivada de conduta ofensiva à segurança do Estado requerente, que passo à análise da natureza política do crime imputado ao extraditando, capitulada, a mesma ação, alternativamente, tanto no art. 94, parágrafo 1, do Código Penal alemão, como no art. 34 da Lei relativa à Economia Externa, abaixo reproduzidos:

"Artigo 94, parágrafo 1, do Código Penal:

Quem

1. divulgar um segredo de Estado a uma potência estrangeira ou a um dos seus intermediários
ou

2. tornar acessível um segredo de Estado a uma pessoa não autorizada ou divulgá-lo em público, com o intuito de prejudicar a República Federal da Alemanha ou de favorecer uma potência estrangeira, assim

Leopoldo

desencadeando o perigo de grave prejuízo para a segurança externa da República Federal da Alemanha, será punido com pena privativa de liberdade superior a um ano." (fls. 64)

"Artigo 34 da Lei relativa à Economia Externa:

1) será punido com pena privativa da liberdade até três anos, ou com pena pecuniária, quem perpetrar um crime referido no artigo 33, parágrafo 1, e desse modo:

1. afetar a segurança da República Federal da Alemanha,
2. perturbar a convivência pacífica entre os povos, ou
3. prejudicar consideravelmente as relações exteriores da República Federal da Alemanha." (fls. 72)

Favorece, essa tipificação do direito alienígena, a aplicação, da teoria objetiva, que, na conceituação do crime político, parte da identificação do bem jurídico lesado, no caso, a segurança do Estado.

Não desconheço o prestígio da chamada teoria ou eclética, que, combinando o critério acima aludido (objetivo) com o subjetivo, considera também indispensável a perquirição do móvel do agente, para chegar à qualificação política do delito. Mesmo porque não é outra a inspiração do § 1º do art. 77 da Lei nº 6.815-80,

segundo o qual não haverá impedimento para a extradição "quando o fato constituir, principalmente, infração da lei penal comum, ou quando o crime comum, conexo ao delito político constituir o fato principal".

No caso, não se aponta nenhum crime comum conexo e a conduta única, atribuída ao extraditando foi capitulada, pelo Estado requerente, em duas figuras delituosas castiçamente políticas.

Não há, portanto, aqui, uma ação do gênero daquelas que, ameaçando a segurança do Estado, lesam simultaneamente algum outro bem jurídico, como a vida, a liberdade ou o patrimônio, e têm sido, por esse motivo, desclassificadas da categoria política pelo Supremo Tribunal. Pela expressão do precedente, basta exemplificar com o julgamento da Extradição nº 399, da República Francesa (RTJ 108/18).

Argumenta o douto parecer com o intuito de proveito financeiro, assacado ao extraditando.

Acerca dessa apregoada circunstância, não há, porém, uma única palavra, na motivação no mandado de prisão. Só na nota verbal que o veiculou - mas não é ela o meio idôneo de emendá-lo ou complementá-lo - há uma vaga e gratuita referência ao intuito de lucro do agente.

Há também menção, na sentença que anteriormente condenara o extraditando a onze meses de prisão, ao pagamento de

25.000 marcos alemães, em troca do fornecimento de dezesseis tubos de fibra de carbono (tradução de fls. 161/4, juntada pela defesa).

Mas é da execução de outra decisão que ora se trata, além de que a modicidade da importância (25.000 marcos), em comparação com a qualificação profissional do Extraditando e à magnitude das conseqüências atribuídas à infração que lhe vem sendo irrogada, não é, certamente, de molde a emprestar ao fato a característica principal de crime comum, nem se particulariza ou comprova qual seria ele, residualmente, no direito penal alemão.

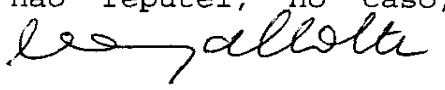
Note-se que, em um dos precedentes já citados neste voto (EXT 147 do Reino da Dinamarca, caso PETERSEN, rel. Min. CASTRO NUNES), o fato ali imputado ao Extraditando - prática de atos de comércio com as forças alemães - constituía, por sua própria natureza (ato de comércio) uma conduta de resultado coincidentemente lucrativo.

Para corroborar e esclarecer a assertiva de que não basta a alusão da nota verbal ("O motivo do Sr. Schaab foi sua aspiração ao lucro. Não agiu por motivos políticos, mas em proveito próprio." fls. 5), assinalo o magistério do eminente Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, como relator da Extradução nº 541, no sentido de que é dispensado o Estado requerente de fazer prova dos fatos alegados, mas devem eles resultar do texto da decisão judicial determinante da prisão preventiva: *legallotti*

"55. Do estado requerente não se reclamam provas do fato, mas do teor da imputação lá acolhida por decisão judicial, de caráter definitivo, interlocutório ou cautelar (cf. L. 6.815/80, art. 80: "devendo o pedido ser instruído com cópia autêntica ou a certidão da sentença condenatória, da de pronúncia ou da que decretar a prisão preventiva (...). Esse documento ou qualquer outro que se juntar ao pedido conterá indicações precisas sobre o local, data, natureza e circunstâncias do fato criminoso...")" (RTJ 145/448)

Corroborando, finalmente, esse entendimento, a sujeição dos crimes à competência da Justiça Federal da Alemanha, como, na espécie, sucedeu.

Pondera o Governo requerente que outros delitos, além dos de natureza política, são capazes de acarretar essa competência. Mas não indica quais seriam objetivamente, no caso, essas capitulações, limitando-se a reiterar a assertiva de motivação de lucro, que, como se viu, não reputei, no caso, caracterizada.



Considerando, assim, configurada a hipótese excludente de extradição estabelecida no art. 77, VII da Lei nº 6.815-80 e no art. 5º, LII, da Constituição (crime político contra a segurança externa), sem erguer-se, em prol do Estado requerente, alguma das situações previstas nos §§ 1º e 3º do citado art. 77, indefiro o presente pedido. *Le Galotti*

vccca\

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

EXTRADIÇÃO N. 700-9

PROCED. : REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
RELATOR : **MIN. OCTAVIO GALLOTTI**
REQTE. : GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
ADV. : GUSTAV LIVIO TONIATTI E OUTROS
EXTDO. : KARL-HEINZ SCHAAB
ADV. : JOSE CARLOS TORTIMA
ADV. : CARMEN COSTA BARROS

Decisão : Depois do voto do Ministro Octavio Gallotti (Relator), que indefere o pedido de extradição, o julgamento foi suspenso em virtude do pedido de vista formulado pelo Ministro Nelson Jobim. Falaram, pelo requerente, o Dr. Gustav Lívio Toniatti, e, pelo extraditando, o Dr. José Carlos Tortima. Plenário, 17.12.97.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.

Luiz Tomimatsu
Luiz Tomimatsu
Secretário

04/03/98

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO N. 700-9 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**RELATOR : MIN. OCTAVIO GALLOTTI**

REQUERENTE: GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

ADVOGADO: GUSTAV LIVIO TONIATTI E OUTROS

EXTRADITANDO: KARL-HEINZ SCHAAB

ADVOGADO: JOSE CARLOS TORTIMA

ADVOGADO: CARMEN COSTA BARROS

Ver: 17.12.97

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO 700

IMPEDIMENTO

O SR. MINISTRO NELSON JOBIM - Sr. Presidente, após o voto do Sr. Ministro Octávio Gallotti, em que me impressionou a tese relativa a direito político, pedi vista do processo.

Examinando os autos algum tempo depois verifiquei que, na qualidade de Ministro da Justiça, operei em todos os pedidos relativos a esta extradição. Portanto há, evidentemente, o impedimento.

Tendo em vista a circunstância de não me ter dado conta disso, peço desculpa à Corte e também aos Srs. Advogados pela circunstância de ter retardado o julgamento do feito. Na verdade, houve um lapso de minha parte no sentido de identificar-me como o Ministro da Justiça que encaminhou o pedido de prisão preventiva e etc.

Portanto, dou-me por impedido.

146

V O T O S O B R E Q U E S T Ã O D E O R D E M

O SENHOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI - (Relator): Sr. Presidente, gostaria de fazer um breve resumo da questão em julgamento, bem como trazer, à apreciação do Tribunal, a petição que recebi, no dia 13 de fevereiro de 1998, do ilustre advogado do Governo requerente e encaminhei ao eminente Ministro Nelson Jobim, que havia pedido vista dos autos.

Refere-se, o pedido de extradição, à acusação que pesa sobre o extraditando, de haver comunicado a autoridades, ou a empresários, da República do Iraque, informações consideradas sigilosas e relativas a processamento nuclear.

Entre os pontos de defesa do extraditando, dois apresentam maior relevo, a meu ver.

O primeiro dizia respeito a que, pelos mesmos fatos, já teria sido o extraditando processado na República da Alemanha e condenado a uma pena de onze meses, com suspensão da execução.

Não acolhi a alegação da defesa, considerando que o fato de poder haver uma revisão do processo em desfavor do réu estava autorizado na legislação de processo penal alemã, não sendo possível impor-se, no juízo de controle da extradição, a

O. Gallotti

predominância do ordenamento jurídico brasileiro, que não prevê aquele tipo de revisão criminal.

A segunda questão, realmente a mais relevante, residia na alegação da defesa, de se tratar de extradição por delito político.

Nesse ponto, desdobra-se em duas a controvérsia: a primeira é saber se deve ser conceituado como político o crime contra a segurança externa do Estado. Indagação a que respondi com a invocação de antiga, mas intocada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal formada, sobretudo, em processos posteriores à Segunda Guerra Mundial, onde se admitiu o caráter político de crimes de cidadãos franceses ou dinamarqueses praticados em proveito das tropas alemãs de ocupação.

Citei, além disso, a doutrina que me pareceu ser unânime nesse mesmo sentido.

Ainda a respeito do caráter político do crime, pretende descaracterizá-lo o Governo requerente, sob color de ser a atividade do extraditando inspirada em motivo de lucro.

Mostrei, porém, ao Tribunal, que não havia, na ordem de prisão, que é detalhada, uma única palavra a respeito dessa motivação de lucro. *Lea Allotti.*

Somente na nota verbal apresentada pela Embaixada é que surgiu graciosa informação de três linhas, no sentido de que era esse o intento do extraditando.

Ponderei, mais, com base em acórdão da lavra do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, que o Governo requerente não é obrigado a provar os fatos mencionados na ordem de prisão. Mas como contrapartida, também não lhe é dado procurar provar acontecimentos que não constem daquele documento.

Houve então, o pedido de vista do eminente Ministro Nelson Jobim, agora tornado insubsistente, em face de declaração de impedimento.

Recebi, alguns dias após, a petição do Dr. Gustav Livio Toniatti, ilustre advogado do Governo requerente, que trago ao exame do Plenário, e onde se diz:

"2. Iniciado o julgamento do pedido de extradição na sessão do Pleno de 17 de dezembro de 1997, postulou o advogado do Governo Requerente, em questão de ordem levantada logo após proferido o voto de V. Exa., que também se levassem em conta, na avaliação dos elementos caracterizadores do crime imputado ao extraditando, aqueles fatos em que se basearam o Juiz de Instrução de Karlsruhe e a Câmara Criminal do Tribunal da Baviera, convertendo o julgamento, caso assim entendesse

V. Exa., em diligência, para que os documentos viessem aos autos e, ouvida a defesa e o Ministério Público, se pudesse prosseguir no julgamento com esses elementos informativos incorporados ao acervo documental do processo.

3. Cópias de ambas as decisões, com as respectivas traduções para o vernáculo, foram enviadas oficialmente pela Embaixada da Alemanha ao Ministério das Relações Exteriores com a solicitação de encaminhamento ao Colendo Supremo Tribunal Federal (em anexo, cópia da Nota Verbal nº 70/98, de 4 de fevereiro de 1998, das duas decisões e das traduções).

4. Diante da relevância dos elementos ali contidos, e entendendo admissível, ainda que já iniciado o julgamento do pedido de extradição – considerados vários precedentes dessa Alta Corte em casos semelhantes – requer o Governo interessado se digne V. Exa. determinar a juntada dos documentos de que se trata aos autos, para que sobre eles se manifestem o ilustre defensor do extraditando e o Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, prosseguindo-se, após, como de direito.”

(fls. 469/70)

Magalhães

Não penso, Sr. Presidente, que haja o nobre advogado propriamente formalizado, na última sessão, uma questão de ordem, caso contrário não teria tido eu dúvida de considerá-la e V. Exa. de submetê-la à votação. Recebi a ponderação do ilustre advogado — que se desempenhou de seu mister, com o maior e o mais louvável desembaraço —, não como questão de ordem, mas, sim, como veemente contestação ao voto do Relator.

Limitei-me, por isso, a esclarecer que decisões judiciais, ou quaisquer outros documentos, posteriores a ordem de prisão, seriam — segundo o raciocínio do meu voto — elementos totalmente ineficazes, porque tudo aquilo que o Governo alemão pode pretender fazer valer será o que consta da ordem de prisão, na qual, como se disse, não há referência alguma a esse intuito de lucro, que agora se pretende provar com apoio em atos ulteriores, como o relativo ao seqüestro de bens, que seriam oriundos de quantias recebidas do extraditando.

Acrescento que o Governo Requerente teve oportunidade de produzir três petições depois da apresentação da defesa do extraditando: a primeira, à fls. 209, a título de oferecer uma segunda versão, de sua responsabilidade, da tradução realizada por tradutor oficial.

Às fls. 398, voltou aos autos, cumprindo uma diligência pela qual se determinara a juntada de cópia autenticada

de textos da lei alemã; novamente, às fls. 433/5, comentando certidão anexada pelo extraditando e apresentando novos documentos.

Então, Sr. Presidente, sem contar a sustentação oral, seria esta a quarta intervenção, já agora após a prolação do voto do Relator e isso, a meu ver, fere o princípio da lealdade processual, em desfavor do extraditando, que além do mais, permanece preso por período considerável de tempo.

Não faço objeção a que essa diligência seja submetida ao Plenário, mesmo depois do voto do Relator, e caso V. Exa. assim delibere, manifesto-me, desde logo, pelo indeferimento por dois motivos: primeiro, por ser o requerimento flagrantemente inoportuno, após três ou quatro intervenções subseqüentes à defesa escrita, cujo postulado (natureza política do crime) era, desde o início, conhecido.

A defesa a nenhuma surpresa deu lugar. Inova o Governo requerente, com o seu requerimento, inspirado no propósito de refutar o voto já proferido.

Por ser processualmente inoportuna e juridicamente irrelevante, considero incabível a questão de ordem, sobre a qual haverá V. Exa., a seu elevado critério, de ouvir o Tribunal e este de manifestar-se com o descortino de sempre. *Levy Albritton*

04/03/98

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO N. 700-9 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

V O T O

O SR. MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA - Sr. Presidente, eu estava inclinado a pedir vista, mas estou devidamente esclarecido.

A conclusão do voto do eminente Ministro Octavio Gallotti propugna pelo indeferimento do pedido extradicional, e eu também entendo que na hipótese se caracteriza o crime político, como restou bem explicitado, por ser essa uma das formas que a lei autoriza o indeferimento de pedido.

Portanto, baseado na jurisprudência já citada por S.Exa., o meu voto é no sentido de indeferir o pedido de extradição.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'M' followed by a series of loops and a final flourish.

04/03/98

TRIBUNAL PLENO

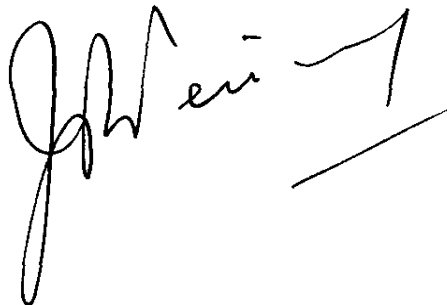
EXTRADIÇÃO N. 700-9 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE: Sr. Presidente, também indefiro a extradição.

Creio que as indagações surgidas em torno do móvel do agente são de todo irrelevantes, além de inoportunas, pois a mim me parece que o crime político puro independe dele. A grande dificuldade do direito extradicional é qualificar o delito comum com inspirações políticas: há bibliotecas em torno da caracterização nessa hipótese do crime político para fins extradicionais. Mas no crime político puro, como é este, e considero que o crime contra a segurança externa é nitidamente um crime político, não tenho dúvida em acompanhar o eminente Relator.

CR/

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Pessoa', followed by a long horizontal stroke.

04/03/98

TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃONº 700-9 - REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

V O T O

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA: - Sr. Presidente. A maioria já está constituída e vou acompanhar o eminente Ministro-Relator sem me comprometer com a tese. Tenho sérias dúvidas de que realmente *não caiba* considerar, para os efeitos da lei extradicional pátria, caracterizado, como delito político puro, crime contra a segurança externa do Estado. Dentro precisamente do espírito de solidariedade internacional, de colaboração dos países uns com os outros, no combate à criminalidade, seria então deixar de fato sem nenhuma possibilidade de punição, por parte do Estado prejudicado, o agente de um delito dessa natureza, que pode ter gravíssima consequência para a vida do Estado, com o qual o Brasil mantém tratado de extradição, de colaboração. Entendimento dessa ordem retira do Estado-requerente a possibilidade de ver punido esse crime.

Se o agente fugir da jurisdição do Estado-requerente, como aconteceu no caso, o Estado-requerido, em que se encontra o extraditando, simplesmente indeferirá o pedido de extradição, inviabilizando a aplicação de pena, relativamente a um crime que todos havemos de reconhecer como um delito da maior gravidade, qual seja, o crime que concerne à segurança externa do próprio Estado.

J. Neri

A maioria está, porém, constituída. Faço essa observação para me reservar a um estudo mais detido da matéria em outra oportunidade.

Indefiro a extradição.

J. W. N.

04/03/98


TRIBUNAL PLENO

EXTRADIÇÃO N. 700-9 REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

V O T O

O SR. MINISTRO MOREIRA ALVES: - Sr. Presidente, vou seguir o voto do eminente Ministro Néri da Silveira, mas com a ressalva de, em caso futuro, fazer exame mais aprofundado da matéria. O problema de não se admitir que crime político dê margem à extradição apresenta, a meu ver, aspectos relevantes quanto à distinção entre crime político interno e crime contra a segurança externa do país.

Com essa observação, acompanho o eminente Ministro-Relator, tendo em vista a jurisprudência do Tribunal.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

EXTRADIÇÃO N. 700-9

PROCED. : REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
RELATOR : **MIN. OCTAVIO GALLOTTI**
REQTE. : GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA
ADV. : GUSTAV LIVIO TONIATTI E OUTROS
EXTDO. : KARL-HEINZ SCHAAB
ADV. : JOSE CARLOS TORTIMA
ADV. : CARMEN COSTA BARROS

Decisão : Depois do voto do Ministro Octavio Gallotti (Relator), que indefere o pedido de extradição, o julgamento foi suspenso em virtude do pedido de vista formulado pelo Ministro Nelson Jobim. Falaram, pelo requerente, o Dr. Gustav Lívio Toniatti, e, pelo extraditando, o Dr. José Carlos Tortima. Plenário, 17.12.97.

Decisão : O Tribunal, por votação unânime, apreciando questão de ordem suscitada pelo Estado requerente, **rejeitou** a proposta de conversão do julgamento em diligência. **Prosseguindo** no julgamento, o Tribunal, também por votação unânime, **indeferiu** o pedido de extradição. Votou o Presidente. Declarou impedimento o Ministro Nelson Jobim. Ausentes, justificadamente, o Ministro Carlos Velloso, e, neste julgamento, o Ministro Ilmar Galvão. Plenário, 04.03.98.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello.
Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio, Ilmar Galvão, Maurício Corrêa e Nelson Jobim.

Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro.


Luiz Tomimatsu
Secretário